

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

DA COLÔNIA À REPÚBLICA: participação social e transformações político econômicas no Brasil

FROM COLONY TO REPUBLIC: social participation and political-economic transformations in Brazil

Ana Beatriz Rocha Guedes¹
Gil Célio de Castro Cardoso²

RESUMO

O presente artigo busca analisar a confluência entre os acontecimentos que moldaram aspectos da formação política, social e econômica do Brasil, sobre a construção da cultura de participação social. Utilizando-se de um recorte temporal do Brasil Colônia até a Redemocratização, foi realizado um resgate histórico, foram evidenciados as manifestações de movimentos populares e lutas sociais responsáveis por moldar parte da identidade nacional, perpassando pela relação complexa e volátil entre o povo e o Estado, até a ampliação dos espaços de participação pela Constituição Cidadã de 1988.

Palavras-Chaves: Participação Social; Formação Econômica; Movimentos Populares.

ABSTRACT

This article aims to analyze the confluence of events that shaped the political, social, and economic aspects of Brazil, focusing on the construction of a culture of social participation. Using a historical framework from Colonial Brazil to the Redemocratization period, a historical review was conducted, highlighting the manifestations of popular movements and social struggles responsible for shaping part of the national identity. This analysis traverses the complex and volatile relationship between the people and the State, culminating in the

¹ Discente do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharela em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); beatrizguedes@alu.ufc.br

² Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Economia (Economia e Empresa) pela Universidad Autónoma de Madrid; professor associado da Universidade de Brasília (UNB), exercendo lotação provisória na Universidade Federal do Ceará (UFC); gil.celio@ufc.br

expansion of participatory spaces through the Citizen Constitution of 1988.

Keywords: Social Participation; Economic Formation; Popular Movements

1 INTRODUÇÃO

Os aspectos da colonização brasileira transformaram o país em um campo ambíguo de realidades políticas, econômicas e sociais. Enquanto na atualidade emerge como potência econômica, a imensa desigualdade social ressoa como fator importante do seu cenário. Tais características, estão absortas como heranças de um Brasil colonial, que possuía estruturas sociais hierarquizadas e um fundamento econômico de país-empresa, no qual a ocupação territorial era toda voltada para capitalização e mercantilização internacional.

Seu processo formativo é intrinsecamente marcado pelo autoritarismo e subordinação, mas também, emergem aspectos que se estabelecem como bases para conflitos sociais que se desdobraram ao longo dos séculos. A participação social, manifestada em movimentos populares e mobilizações cívicas, tornou-se vital para expressão das demandas de classes menos privilegiadas, desafiando assim a ordem dominante estabelecida e contribuindo para construção de uma identidade nacional menos tutelada, ainda que reinasse uma espécie de “política da antecipação”. Este trabalho busca explorar a convergência entre a participação social e a luta de classes como elementos fundamentais na forja da política e da sociedade brasileira, destacando como esses fatores moldaram a trajetória histórica do país e influenciaram seu atual cenário político e social.

A metodologia adotada neste artigo se caracteriza pela sua abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica é realizado uma análise histórica a partir de fontes primárias e secundárias da literatura dos campos da história, economia e participação social. Com objetivo de contextualizar os processos históricos da democracia brasileira em seus respectivos aspectos temporais, identificando padrões, tendências e rupturas ao longo do período.

Para uma melhor compreensão das discussões, esta pesquisa é dividida em seis etapas: a primeira é esta introdução; segundamente é abordado o desenvolvimento do Brasil colonial; a terceira analisa o período entre o movimento da Independência ao final da Era Vargas, e suas características de efervescência dos movimentos sociais; na quarta etapa apresenta-se os

aspectos da redemocratização e da promulgação da Constituição Cidadã para o fortalecimento dos mecanismos de participação do país; a quinta etapa consiste nas considerações finais; por fim, constam as referências.

2 AS ALVORADAS DE UM BRASIL COLÔNIA POUCO PARTICIPATIVO

O contexto de ocupação das terras brasileiras constitui um fator importante para análise dos processos participativos que envolvem sua história. De acordo com Furtado (2007), a ocupação das terras americanas foi motivada pela imperativa necessidade de expansão econômica por parte da Europa, particularmente Portugal e Espanha. Enquanto a Espanha prontamente encontrou fontes de metais preciosos nas Américas, o processo de ocupação da colônia portuguesa foi tardio, centrado na defesa e exploração de seu vasto território, visando atender às necessidades de financiamento para a manutenção do controle territorial. Com o estabelecimento da exploração agrícola no Brasil, a empresa americana evoluiu de uma postura predominantemente extrativista e espoliativa para se tornar um componente essencial da economia reprodutiva europeia, com o Brasil desempenhando um papel significativo na consolidação do sistema colonial na região.

Durante os séculos XVI e XVII a Europa passava pelo período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, e para autores como Caio Prado Jr (1966) e Celso Furtado (2007) o capitalismo brasileiro não se deu de forma clássica (feudalismo para o capitalismo), e sim num formato de capitalismo-colonial (exploração mercantil voltada para o mercado exterior). Para manter o mercado europeu era necessário um alto quantum de produção, e para isso foi preciso sanar o problema da mão de obra.

As opções do donatário português para resolver o problema da mão de obra seriam a atração de uma massa assalariada europeia, que precisariam de salários mais altos para trabalhar na empresa açucareira, tornando assim o sistema antieconômico, ou a escravização, como afirma Celso Furtado “demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra” (Furtado, 2007, p.76). O autor diz que os planos iniciais consistiam na escravização da população originária do território brasileiro, contudo, havia por parte dos indígenas um grande fator de resistência, além da necessidade de um maior contingente de mão de obra devido às grandes extensões territoriais adotados pelo sistema da monocultura. A solução mais rentável para resolução do problema da mão de obra,

foi a vind do escravizado negro, passando a mão de obra ser um ativo do engenho. Com isso, a empresa açucareira brasileira se consolida com suas bases na grande concentração de terras e renda, escravidão e monocultura. (Furtado, 2007)

A partir de tais constatações é possível reconhecer que a elite econômica da época também era a elite política, os donatários exerciam amplos poderes sobre diferentes aspectos sociais e políticos de suas terras, e em conjunto com instituições eclesiásticas formavam o alicerce do sistema dominante, enquanto o restante da população, formado em sua maioria por escravizados, ficavam sob o jugo de tais classes, reafirmando as palavras de Herbert José de Souza de que “Cinco milhões de brasileiros controlam a casa grande, enquanto aos demais cabe a senzala.”

Essa dinâmica entre a casa grande e a senzala vem a ser argumentada por Freyre (2003), delineada pela complexa teia de relações sociais que caracterizou a formação da sociedade brasileira. Freyre alega que a formação social do Brasil foi profundamente influenciada pela condução das relações raciais, de classe e de gênero. Ele descreve a interação entre senhores e escravos nas grandes fazendas como um exemplo central dessa miscigenação “democratizadora”, onde as práticas culturais e os vínculos sociais criados nas senzalas refletiam tanto a dominação quanto a resistência dos grupos marginalizados.

Para Jaccoud (2005), ao considerar a composição demográfica da colônia, onde uma parte substancial da população era constituída por escravos, é evidente que para estes indivíduos não existia qualquer possibilidade de exercerem a cidadania, mesmo em seu menor grau. Desprovidos de direitos civis fundamentais, tais como integridade física, liberdade e, em alguns casos extremos, até mesmo o direito à vida, enfrentaram uma longa jornada até serem reconhecidos como detentores de algum direito legal.

Sendo assim, para Vicentino e Dorigo (2013), para que forças opositoras sejam neutralizadas, as estruturas de poder são intrinsecamente dependentes de negociações entre diferentes grupos sociais. Essa dinâmica, frequentemente, enfrenta resistência por parte dos grupos que se encontram subjugados, gerando confrontos que podem desafiar a ordem estabelecida. Os autores destacam a complexidade das relações de poder, e rompem com a visão que limita a resistência a grupos subalternos, evidenciando que segmentos privilegiados da também expressaram seu descontentamento e buscaram apoio popular para suas demandas.

Durante o período colonial algumas revoltas ocorreram, movimentos como Confederação dos Tamoios (1562), Formação dos quilombos e Guerra dos Palmares (1630 – 1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1789), tomaram conta do território e foram suprimidas pelas forças metropolitanas, sendo válido lembrar que dentro desses movimentos surgidos de forma mais “popular” a repressão foi severa. Essa situação decorre naturalmente de um período em que a grande maioria da sociedade estava excluída dos direitos civis e políticos.

3 ENTRE A INDEPENDÊNCIA E A SEGUNDA REPÚBLICA

Ao passar por três séculos como colônia, no início do século XIX ocorre a Proclamação da Independência, diferentemente da maioria dos países americanos, o Brasil manteve o caráter monárquico com a mesma dinastia a qual esteve ligado enquanto colônia. A nível histórico é sabido que tal independência não foi advinda de uma luta revolucionária direta ou uma demanda que efervescia das massas, para autores como Oliveira Lima (2019) afirmam que o processo de independência foi um desquite parcialmente amigável entre os reinos. As relações políticas com a antiga metrópole se mantinham num nível estreito, dando vividez ao que foi dito por Dom João a Dom Pedro, “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros”. (Vicentino e Dorigo, 2013, p. 160)

Ainda, na seara econômica, não há mudanças substanciais, para Furtado (2007) há um crescimento populacional que ocasiona a expansão do mercado consumidor interno e o fato de o Brasil passar a negociar diretamente suas exportações, contudo, demonstrando uma relação de dependência econômica com a Inglaterra.

Neste contexto, a independência do Brasil tem relação intrínseca com a manutenção da escravidão e a existência de “cidadãos de segunda classe”, onde apesar da outorga da Constituição de 1822, que iniciou discussões sobre direitos sociais e cidadania no Brasil, na prática, era excludente, o próprio processo eleitoral, que a partir do sistema de voto censitário exigia requisitos mínimos de renda para eleitores e candidatos, marginalizava assim grupos sociais que não atendiam a esses critérios, como alforriados e nascidos livres, não reconhecidos como cidadãos plenos. O voto como instrumento básico de participação política constitui um avanço, porém o processo eleitoral no qual ele se desenvolvia era para Carvalho “um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e gratidão” (2018, p. 41).

Segundo Barata (2008), a Independência do Brasil foi responsável por perpetuar a instituição escravocrata e a exclusão de estratos sociais dos cenários de garantias que deveriam ser universais. Ainda assim, o período foi marcado por diversos movimentos e lutas sociais, muitos tinham como cerne de seus problemas a situação econômica desfavorável e o aumento da população empobrecida nos estados, alguns movimentos ocorridos foram Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Balaiada, Cabanada, Guerra dos Farrapos, Sabinada, Cabanagem, Revolução Praieira, além das revoltas escravas, que junto com a pressão inglesa, foram responsáveis por desarticular aos poucos o tráfico e o sistema escravista brasileiro, até a sua abolição. Todos esses movimentos foram duramente reprimidos pelo império e pelas elites. (Gohn, 1995 ; Vicentino e Dorigo, 2013).

Para Gohn (1995), os levantes e insurreições ocorridos na primeira metade do século XIX desempenharam um papel crucial na formação da cidadania sociopolítica do Brasil, embora sejam frequentemente negligenciados pela historiografia tradicional. Em contraste com os movimentos sociais posteriores do século XX, esses levantes sofriam pela desarticulação política e ideológica, centrando-se principalmente nas aspirações pela construção de identidades nacionais. Essa falta de coesão organizacional facilitava a repressão sofrida por parte das autoridades legais.

Ao final do século ocorre a Proclamação da República, esse processo também se dá por meio de uma baixa participação popular, mesmo que em formatos ideais essa participação fosse um dos objetos centrais dos republicanos. Em Carvalho (1987) nota-se um sentido de desapontamento pela forma que ocorreu a proclamação do novo regime, “[...] o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.” (Carvalho, 1987, p.9)

O cenário brasileiro até o início do século XX mantinha uma estrutura social predominantemente agrária, com as elites dominantes associadas à burguesia inglesa, que exercia uma hegemonia significativa. No entanto, com a chegada da República e a substituição gradual da mão-de-obra escrava pela assalariada, principalmente composta por imigrantes, houve mudanças substanciais na composição social do país. A industrialização incipiente desempenhou um papel crucial nesse cenário, dando origem a um proletariado urbano emergente e estimulando a formação de organizações de luta e resistência por parte dos trabalhadores (Gohn, 2000). É por isso que a compreensão da trajetória social e econômica do

Brasil mostra quantos acontecimentos históricos, como a passagem da escravidão para o trabalho remunerado e a indústria, moldaram a configuração social do país e influenciaram o modo como o poder, a política e o dinheiro funcionam.

Contrariando as perspectivas de avanço democráticos, observou-se um retrocesso significativo em relação aos direitos políticos durante o período em análise, medidas como a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, o aumento do limite de renda necessário para votar e a transformação do voto em facultativo refletiram uma tendência de elitização, que era atribuído à suposta ignorância dos eleitores em fazer escolhas adequadas de seus representantes. Essas mudanças refletiram não apenas a manipulação do sistema político pelas elites dominantes, mas também uma subversão dos princípios democráticos em prol da preservação de interesses particulares.

Com a aglomeração de pessoas nas cidades, os problemas urbanos foram enfatizados, já no norte e nordeste havia uma situação de pobreza e seca extrema, sendo esses fatores críticos para os movimentos ocorridos durante o período, gerados pela ineficiência do Estado em prestar assistência aos cidadãos. Alguns deles foram, os movimentos messiânicos, como Canudos, e a revoltas urbanas, como a Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Revolta do Contestado, Greve Geral e Revolução dos Tenentes. Para Carvalho (1987), tais movimentos não eram gerados pela vontade do povo em se juntar para participar ativamente das decisões políticas, mas sim como forma de protesto aos abusos ou a inação do Estado perante os problemas existentes durante o período.

O período que segue o Império e a Primeira República se contrastam pelo aumento da efervescência política, contudo até meados de 1920, as movimentações ocorridas mantinham um aspecto de baixa organização, não sendo capaz de introduzir o cidadão na atividade política, mas, é o despertar de uma identidade política nacional e da organização da classe operária, que se concentram no reconhecimento de um Estado que deve assumir seu papel como protagonista na proteção dos direitos dos cidadãos.

Durante as décadas de 20 e 30 houve uma mudança na realidade socioeconômica do país, decorrente do fator de industrialização, do aumento do mercado interno para bens de consumo e da Crise de 29, ocorreu um processo massivo de migração para eixo sudeste do país, tornando as problemáticas dos centros urbanos ainda mais latentes (Furtado, 2007). No âmbito do comportamento popular também houveram mudanças, movidos por ideias da Revolução Russa, e pela nova formulação urbana, as classes trabalhadoras passaram a se organizar

ativamente, contudo, a conhecida Revolução de 30 não foi um processo que emergiu das massas, novamente. A frase atribuída ao governador de Minas à época representa tal caráter formativo do movimento, “Façamos a revolução antes que o povo a faça.”

Com a ascensão de Getúlio Vargas como presidente tem-se um aumento de mecanismos de participação e dos direitos sociais, além do Estado sendo precursor do processo de desenvolvimento nacionalista. Em seu governo houve a promulgação das leis trabalhistas, a legalização da luta de classes e dos sindicatos, vistos antes como caso de polícia, a institucionalização das políticas sociais de saúde, educação e cultura, por meio da criação de ministérios, e a tentativa de diminuir a interferência do capital estrangeiro no país. O sufrágio universal foi promulgado no período, mas a exclusão dos analfabetos foi mantida, característica que marginaliza uma grande parcela da população pobre do processo eleitoral, haja vista a realidade educacional da época. (Limongi, Oliveira, Smchitt, 2019).

Como afirma Darcy Ribeiro (1997) as políticas intituladas trabalhistas provocaram reações em diferentes grupos sociopolíticos hegemônicos, “A velha oligarquia do café com leite, cuja hegemonia incontestada na Primeira República foi abolida por Getúlio. O empresariado urbano, sangrando pelo prejuízo que representava para ele a nova política salarial. [...] a velha UDN, doentamente reacionária.” (Ribeiro, 1997)

Outra problemática estava no controle do governo federal junto aos sindicatos operários, que atuava como um braço forte no domínio da classe, tais sindicatos ficaram conhecidos como pelegos. A cooptação de agentes sindicalistas e de movimentos sociais enfraquece a construção de uma realidade democrática capaz de fortalecer a participação, à medida que alguns os movimentos eram utilizados para benefício do Estado e controle das massas. Durante a Era Vargas houveram algumas revoltas sociais relevantes, foram elas a Revolução Constitucionalista de 1932, a Intentona Comunista, a Revolta do Caldeirão, entre outras. Todas sofreram repressão e perderam forças, principalmente após o Golpe de Estado de 1937.

Confissões (1997) de Darcy faz um afago ufanista ao nacionalismo de Getúlio Vargas, atrelando a essa figura política um papel de destaque na formação de parte da identidade nacional e da soberania do povo brasileiro, alguns fatores adotados durante a Nova República como controle dos meios de comunicação, os desajustes com as classes dominantes, e o fortalecimento da indústria e mercado internos, se inserem dentro dos ideais de Darcy Ribeiro. Ora, parte seja real, ainda há controvérsias devido às características de centralização de poder

político, autoritarismo, suspensão de garantias institucionais e uso de medidas repressivas contra opositores. A Era Vargas, portanto, foi caracterizada por uma série de desafios políticos, econômicos e sociais, responsáveis por moldar profundamente a construção da identidade nacional do Brasil no Século XX.

Outrossim, os acontecimentos que permeiam o Brasil Império e a Segunda República trazem luz a uma particularidade latente do povo brasileiro, a capacidade de esperar e acreditar num “Messias”, Gilberto Freyre explicita isso:

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar **"povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático.** [...] de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masoquista: menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se. (Freyre, 2003, p.114) (grifo nosso)

Desde a figura do Imperador libertador, de uma princesa generosa com os escravizados, dos generais republicanos, até dentro dos próprios movimentos sociais, como os movimentos messiânicos, e entrando ao paternalismo populista de Vargas, alguns desses fortes e sábios personagens da história sempre irão surgir para resolver problemas públicos de ordens tão profundas, que exigiram mudanças utópica, tal qual a própria ideia de um ser salvador.

Por fim, durante o período, demonstra-se o imbróglio que é se entender como cidadão brasileiro, em um período marcado por desigualdades: “quem realmente é o cidadão?”, as constituições foram excludentes, e os grupos marginalizados sempre tiveram direitos cerceados. Sendo esse um dos motivos para a gama de revoltas que assolaram o país, e formaram a matriz para a concepção de movimentos sociais organizados.

4 REDEMOCRATIZAÇÃO E O VETOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Durante o período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1984, o Brasil foi marcado predominantemente pelos severos impactos aos direitos civis e políticos, reprimidos por meio de um amplo aparato institucional estatal. Portanto, a sociedade tinha uma participação menos significativa nos processos decisórios, tanto políticos quanto sociais. O governo militar também foi responsável pela condução de um projeto de modernização conservadora da economia nacional. O enfoque fortemente economicista do planejamento público o limitava a ser visto

apenas como uma técnica para otimizar a utilização dos recursos econômicos, considerados os únicos essenciais para a governança. Outros aspectos fundamentais, como recursos políticos, de conhecimento e informação, participação popular, essenciais para a gestão de uma sociedade complexa e una, eram desconsiderados (Garcia, 2000).

Os direitos sociais, por sua vez, foram expandidos, garantindo reformas no sistema de previdência, criação de uma política habitacional institucionalizada, promoção de assistência rural e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Essas iniciativas, em conjunto com o chamado “milagre econômico”, beneficiaram o regime ao proporcionar uma aparência de estabilidade e progresso econômico, aumentando a popularidade do governo entre certos setores da população. Para Carvalho (2018, p. 176) o aumento dessa cidadania se caracteriza pela “manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos políticos”.

Esta fase foi marcada por um grande sentimento de subversão por diversas classes, segundo Gohn (2000), as revoltas, mesmo urbanas, foram violentas, movimentos de esquerda organizaram guerrilhas armadas, e foram severamente reprimidos pelo regime. Apenas com a crise internacional do petróleo em 1974, e fim do “milagre econômico”, os militares passam a perder o poder, assim os movimentos sindicais, as pastorais eclesiais e diversos movimentos sociais retornam suas atividades e mobilizam a sociedade pelo fim da Ditadura Militar.

Durante os anos 1983 e 1984, o movimento “Diretas Já” passou a exigir eleições diretas para presidente da república. Reconhecida como um marco da mobilização popular brasileira, foi capaz de mostrar a evolução organizativa dos movimentos sociais na luta pela democracia e pela participação popular. O movimento desempenhou um papel crucial na transição democrática do país, embora não tenham ocorrido eleições diretas imediatas, o fortalecimento do ideal democrático construiu uma base sólida para redemocratização do Brasil.

Durante o processo de redemocratização, a participação social no Brasil foi fortalecida e respaldada. Autores como Andrade (2006) e Neto Cisne (2012) destacam que a Constituição de 1988 ampliou a proteção legal dos direitos sociais e incorporou mecanismos participativos, como conselhos de políticas públicas, plebiscitos, referendos e iniciativas legislativas populares. Isso garantiu um modelo democrático que busca facilitar a participação e, assim, reduzir distorções no processo de tomada de decisão por parte do Estado.

Diante disso, a participação social é considerada um direito fundamental, um processo de tomada de decisão que envolve a discussão entre diferentes atores e uma ferramenta educativa que prepara a população para exercer sua soberania, conforme Avritzer (2003). Por conseguinte, para Dagnino (2002) e Urbinati (2006), mesmo que o modelo político democrático do Brasil seja representativo, a legitimidade política não pode ser vista como exclusiva para a tomada de decisões sem a participação popular.

Por isso, observa-se que a transformação nos paradigmas e nos papéis de atuação do Estado como instituição não ocorre de forma imediata ou brusca, mas sim como um processo complexo que engloba indivíduos, atitudes, comportamentos, cultura, condições institucionais e conjunturais, impactando diretamente nos meios utilizados para efetivar essa mudança. Em consequência disso, as garantias constitucionais de 1988, em relação ao planejamento e participação social, buscaram romper com a visão burocrática e simplista do planejamento vigente no período autoritário, porém sem grande sucesso no curto prazo.

Em suma, o processo de redemocratização iniciou no Brasil uma nova forma de pensar participação social no país, ao garantir mecanismos institucionais impositivos para isso, além da ampliação da liberdade de expressão e organização, possibilitando o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que passaram a desempenhar um papel ativo na formulação e implementação de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise do contexto de formação político, social e econômico do Brasil desde o período colonial até a fase de redemocratização, nos revela uma trajetória de país marcado pela complexidade, ambiguidade e conflitualidade. Ao explorar as raízes das desigualdades, que ainda hoje se mostram inerentes ao Estado brasileiro, das estruturas de poder e das formas de resistência, podemos compreender os desafios e contradições enfrentados para que haja a constituição de um estado democrático capaz de caracterizar a sociedade atual.

A partir das reflexões apresentadas, torna-se evidente como a imposição dos modelos de exploração baseados na monocultura, escravidão e na hierarquização social marcaram profundamente as estruturas da sociedade brasileira, contribuindo para perpetuação do autoritarismo, da desigualdade e da exclusão. As heranças do passado colonial influenciaram a construção dos processos participativos e movimentos sociais, e ainda retardaram, durante

todo percurso histórico posterior, uma garantia isonômica entre direitos sociais, políticos e civis.

No entanto, também é possível identificar o progresso organizacional dos movimentos de resistência e das lutas por justiça social, que buscaram romper com a ordem estabelecida e catalisaram avanços significativos em direção à participação democrática e inclusão social.

As marcas do autoritarismo e do ideal “messiânico” refletem até os dias atuais, e os movimentos sociais podem ainda apresentar comportamentos “pelegas”. Portanto, essa análise ressalta a complexidade das dinâmicas políticas brasileiras e a necessidade contínua de vigilância e engajamento cívico na defesa dos direitos democráticos.

Diante desse panorama, os ideais da redemocratização resguardados pela Constituição de 1988, pautaram a abertura de novos canais de participação e a reafirmação das liberdades individuais, por meio de processos institucionais que sintetizam novas e velhas práticas. Denotando a presença ativa da sociedade como essencial para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento de um país. Para isso, é fundamental que haja uma sociedade civil organizada e meios institucionais que possibilitem a interação com as decisões governamentais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Jackeline Amantino de. **Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil? Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, v. 22, n. 64, p. 52-66, mai-ago. 2006.
- AVRITZER, Leonardo. NAVARRO, Zander. (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo. Cortez, 2003.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo: Ática, 1991.
- BARATA, Alexandre Mansur . **Grupos e projetos políticos nos tempos da Independência (Rio de Janeiro, 1821-1822)**. In: XVI Encontro Regional de História - ANPUH MG: Programação e Caderno de Resumos. Belo Horizonte: ANPUH MG, 2008. v. 1. p. 404-405.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002. 364 p.

JACCOUD, Mylène. **Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa.** In: SLAKMON, Catherine (Org.) et al. *Justiça Restaurativa*. Brasília, DF: MJ e PNUD, 2005. Pp. 163-186.

FREYRE, Gilberto. 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso.** — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. —

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil - 34ª edição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003.** 2000.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais-a construção da cidadania.** São Paulo: Loyola. 1995.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência (1821-1822) / Oliveira Lima.** — Edição fac-similar. — Brasília: FUNAG, 2019.

LIMONGI, Fernando ; OLIVEIRA, Juliana de Souza ; SCHMITT, Stefanie Tomé . **Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil.** Revista de Sociologia e Política , v. 27 , p. 1 - 22 , 2019. ISSN: 16789873.

NETO CISNE, J. J. . **Intersetorialidade como um novo paradigma para a gestão pública focada em resultado: Análise dos projetos de combate à pobreza no Ceará.** In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. v. 1.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira.** Editora brasiliense, 1966.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?** Revista Lua Nova, n°. 67, 2006

VICENTINO, Cláudio, DORICO, Gianpaolo. **História do Brasil.** São Paulo : Scipione, 2013.